



Ministério da Justiça



UnB



Centro de Apoio ao
Desenvolvimento
Tecnológico



latitude

Laboratório de tecnologias da tomada de decisão

Termo de Cooperação/Projeto:

**Acordo de Cooperação Técnica
FUB/CDT e MJ/SE
Registro de Identidade Civil –
Replanejamento e Novo Projeto Piloto**

Documento:

**Relatório com Análise Midiática
Comparativa - até jun/14**

Data de Emissão:

03/11/2014

Elaborado por:

**Universidade de Brasília – UnB
Centro de Apoio ao Desenvolvimento
Tecnológico – CDT
Laboratório de Tecnologias da Tomada
de Decisão – LATITUDE.UnB**



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

José Eduardo Cardozo
Ministro

Marivaldo de Castro Pereira
Secretário Executivo

Helvio Pereira Peixoto
Coordenador Suplente do Comitê Gestor do SINRIC

EQUIPE TÉCNICA

Ana Maria da Consolação Gomes Lindgren
Alexandre Cardoso de Barros
Andréa Benoliel de Lima
Beatriz Merguiso Garrido
Celso Pereira Salgado
Delluiz Simões de Brito
Domingos Soares dos Santos
Elaine Fabiano Tocantins
Felipe Bragança Itaborahy
Fernando Saliba
Fernando Teodoro Filho
Guilherme Braz Carneiro
Jhon Kennedy Férrer Lima
José Alberto Sousa Torres
Joaquim de Oliveira Machado
Marcelo Martins Villar
Narumi Pereira Lima
Paulo Cesar Vieira dos Santos
Raphael Fernandes de Magalhães Pimenta
Rodrigo Borges Nogueira
Rodrigo Gurgel Fernandes Távora
Sara Lais Rahal Lenharo

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Ivan Marques Toledo Camargo
Reitor

Paulo Anselmo Ziani Suarez
Diretor do Centro de Apoio ao
Desenvolvimento Tecnológico – CDT

Rafael Timóteo de Sousa Júnior
Coordenador do Laboratório de Tecnologias da
Tomada de Decisão – LATITUDE

EQUIPE TÉCNICA

Flávio Elias Gomes de Deus
(Pesquisador Sênior)
William Ferreira Giozza
(Pesquisador Sênior)
Ademir Agustinho de Rezende Lourenço
Adriana Nunes Pinheiro
Alessandro Zimmer
Alysson Fernandes de Chantal
Amanda Almeida Paiva
Andréia Campos Santana
Andreia Guedes Oliveira
Antônio Claudio Pimenta Ribeiro
Carolinne Januária de Souza Martins
Caio Rondon Botelo de Carvalho
Cristiane Faiad de Moura
Daniela Carina Pena Pascual
Danielle Ramos da Silva
Eduarda Simões Veloso Freire
Fábio Lúcio Lopes Mendonça
Fábio Mesquita Buiati
Glaudson Menegazzo Verzeletti
João Luiz Xavier M. de Negreiros
Johnatan Santos de Oliveira
José Carneiro da Cunha Oliveira Neto
José Elenilson Cruz
Kelly Santos de Oliveira Bezerra
Luciano Pereira dos Anjos
Luciene Pereira de Cerqueira Kaipper
Luiz Antônio de Souto Evaristo
Luiz Claudio Ferreira
Marcos Vinicius Vieira da Silva
Marco Schaffer
Mirele Maria Cavalcante Rocha
Pedro Augusto Oliveira de Paula
Renata Elisa Medeiros Jordão
Roberto Mariano de Oliveira Soares
Sandro Augusto Pavlik Haddad
Sergio Luiz Teixeira Camargo
Soleni Guimarães Alves
Suzane Lais De Freitas
Valério Aymoré Martins
Vinicius de Moraes Alves
Wladimir Rodrigues da Fonseca

Projeto: MJ/SE-RIC	Emissão: 03/11/2014	Arquivo: 20141103 MJ RIC - RT com análise midiática comparativa - até jun14.docx	Pág.2/34
--------------------	---------------------	--	----------

Confidencial.

Este documento foi elaborado pela Universidade de Brasília (UnB) para a MJ/SE.
É vedada a cópia e a distribuição deste documento ou de suas partes sem o consentimento, por escrito, da MJ/SE.

HISTÓRICO DE REVISÕES

Data	Versão	Descrição
02/11/2014	0.1	Versão inicial
03/11/2014	0.2	Revisão I



Universidade de Brasília – UnB
Campus Universitário Darcy Ribeiro - FT – ENE – Latitude
CEP 70.910-900 – Brasília-DF
Tel.: +55 61 3107-5597 – Fax: +55 61 3107-5590

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	APRESENTAÇÃO.....	6
3	METODOLOGIA PRELIMINAR.....	7
4	ANÁLISE DAS NOTÍCIAS.....	8
4.1	Notícia 1: “São Paulo se adianta ao governo federal e lança novo modelo de RG” (7 de fevereiro de 2014).....	8
4.2	Notícia 2: “Fuga expõe fragilidade” – Correio Braziliense – 8 de fevereiro de 2014	9
4.3	Notícia 3: Unificação de documentos no Brasil fica na promessa (13 de fevereiro de 2014) – Jornal Nacional (TV Globo).....	12
4.4	Notícia 4: Os riscos do cadastro biométrico nos países em desenvolvimento (13 de fevereiro de 2014 – Site Ecodebate).....	14
4.5	Notícia 5: Rodrigo Assumpção apresenta Cadastro Nacional de Informações Sociais durante fórum do Banco Mundial (18 de março de 2014) – Site do Dataprev	15
4.6	Notícia 6: Projeto que torna novo documento de identidade gratuito é aprovado (22 de março de 2014) – Bom Dia Brasil.....	15
4.7	Notícia 7: Novo Sistema de Identificação Civil será entregue nesta segunda-feira (Dia 28 de abril de 2014) – Portal G1	17
4.8	Notícia 8: Demora na estreia da identidade única (27 de maio de 2014) – Correio Braziliense.....	17
5	CONSIDERAÇÕES ACERCA DO SEGUNDO SEMESTRE E TENDÊNCIAS DE COBERTURA	19
6	PONTOS DE ATENÇÃO	20
7	ANEXO I – ÍNTEGRA DAS NOTÍCIAS	21
7.1	Notícias	21

1 INTRODUÇÃO

A Secretaria Executiva (SE/MJ), vinculada ao Ministério da Justiça (MJ), é responsável por viabilizar o desenvolvimento e a implantação do Registro de Identidade Civil, instituído pela Lei nº 9.454, de 7 de abril de 1997, regulamentado pelo Decreto nº 7.166, de 5 de maio de 2010.

Atualmente, a República Federativa do Brasil conta com sistema de identificação de seus cidadãos amparado pela Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983. Essa lei assegura validade nacional às Carteiras de Identidade, ou Cédulas de Identidade; confere também autonomia gerencial às Unidades Federativas no que concerne à expedição e controle dos números de registros gerais emitidos para cada documento. Essa condição de autonomia, ao contrário do que pode parecer, fragiliza o sistema de identificação, já que dá condições ao cidadão de requerer legalmente até 27 (vinte e sete) cédulas de identidades diferentes. Com essa facilidade legal, inúmeras possibilidades fraudulentas se apresentam de maneira silenciosa, pois, na grande maioria dos casos, os Institutos de Identificação das Unidades Federativas não dispõem de protocolos e aparato tecnológico para identificar as duplicações de registro vindas de outros estados, ou até mesmo do seu próprio arquivo datiloscópico. Consoante aos fatos, os Institutos de Identificação não trabalham interativamente para que haja trocas de informações de dados e geração de conhecimento para manuseio inteligente e seguro para individualização do cidadão em prol da sociedade.

Com foco na busca de soluções para tais problemas, o Projeto RIC prevê a administração central dos dados biográficos e biométricos dos cidadãos no Cadastro Nacional de Registro de Identificação Civil (CANRIC) e ABIS (do inglês *Automated Biometric Identification System*), respectivamente. A previsão desse novo modelo sustenta a não duplicação de registros e a consequente identificação unívoca dos cidadãos brasileiros natos e naturalizados. O Projeto RIC, portanto, visa otimizar o sistema de identificação e individualização do cidadão brasileiro nato e naturalizado com vistas a um perfeito funcionamento da gestão de dados da sociedade, agregando valor à cidadania, à gestão administrativa, à simplificação do acesso aos serviços disponíveis ao cidadão e à segurança pública do país.

Nesse contexto, o termo de cooperação entre MJ/SE e FUB/CDT define um projeto que objetiva identificar, mapear e desenvolver parte dos processos e da infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a implantação do número único de Registro de

Projeto: MJ/SE-RIC	Emissão: 03/11/2014	Arquivo: 20141103 MJ RIC - RT com análise midiática comparativa - até jun14.docx	Pág.5/34
--------------------	---------------------	--	----------

Confidencial.

Este documento foi elaborado pela Universidade de Brasília (UnB) para a MJ/SE.

É vedada a cópia e a distribuição deste documento ou de suas partes sem o consentimento, por escrito, da MJ/SE.

Identidade Civil – RIC no Brasil.

Este relatório apresenta um agrupamento das notícias veiculadas na imprensa no primeiro semestre de 2014, as quais citaram o RIC. As notícias que tratam do tema foram selecionadas, lidas e classificadas. Com essa classificação das notícias será possível ter uma ideia do tipo de informação recebida pela sociedade e a forma que a imprensa tratou o programa neste período.

2 APRESENTAÇÃO

A assessoria de imprensa do projeto RIC observou, de forma geral, a presença dos assuntos relacionados à identificação nos veículos noticiosos no ano de 2014, mantendo monitoramento diário desde grandes veículos até *blogs*, por metodologia específica. A busca ocorre graças a mecanismo de busca cercando as possíveis combinações de palavras, tais como, identificação, registro de identificação, RIC, biometria, instituto de identificação e documento.

O conceito é o de realizar análises quantitativas e qualitativas, reunindo elementos para um diagnóstico de como o tema tem sido tratado na sociedade brasileira. Avaliar a mídia serve não apenas para fazer a mensuração da presença no noticiário e orientar a equipe de comunicação, mas também para aferir metas de comunicação, antecipar focos críticos e avaliar planos e estratégias.

A análise parte da premissa de que cada menção deve ser analisada individualmente, por meio de suas características ponderáveis: veículo, jornalista, presença na capa (ou compensação equivalente, no caso de Internet), localização interna, elementos de imagem, nível de destaque e teor. Cada item tem um peso próprio e, a partir de uma fórmula matemática, é possível chegar ao Valor da Notícia (VN).

Nesta amostra, feita especialmente para o projeto, a assessoria de comunicação avaliou as reportagens e citações diretas ou não ao Registro de Identificação Civil. A base de dados coletada, de forma preliminar no ano de 2014, se ateve a observar as oito notícias que fazem menções diretamente. Para esta análise, foram selecionados veículos de grande imprensa (*jornais e sites*), agências, *blogs* e veículos regionais e especializados. Essa escolha privilegiou as publicações mais qualificadas que leva em consideração o tipo de mídia, a categoria editorial, o alcance e o prestígio.

Projeto: MJ/SE-RIC	Emissão: 03/11/2014	Arquivo: 20141103 MJ RIC - RT com análise midiática comparativa - até jun14.docx	Pág.6/34
--------------------	---------------------	--	----------

Confidencial.

Este documento foi elaborado pela Universidade de Brasília (UnB) para a MJ/SE.

É vedada a cópia e a distribuição deste documento ou de suas partes sem o consentimento, por escrito, da MJ/SE.

3 METODOLOGIA PRELIMINAR

Nesta análise, a assessoria do RIC optou por fazer um estudo centrado em notícias relacionadas diretamente ao projeto e, por isso, a análise se faz individual. No entanto, mantém o entendimento que deve arquivar materiais relacionados a temas como biometria, documento, ciência, direitos sociais etc.

Observações dos materiais.

- a) Assunto prioritário das matérias.
- b) Estudo das fontes.
- c) Relações entre a notícia e o contexto.
- d) Diagnóstico.
- e) Sugestão de estratégia com vistas ao futuro.

Projeto: MJ/SE-RIC	Emissão: 03/11/2014	Arquivo: 20141103 MJ RIC - RT com análise midiática comparativa - até jun14.docx	Pág.7/34
--------------------	---------------------	--	----------

Confidencial.

Este documento foi elaborado pela Universidade de Brasília (UnB) para a MJ/SE.
É vedada a cópia e a distribuição deste documento ou de suas partes sem o consentimento, por escrito, da MJ/SE.

4 ANÁLISE DAS NOTÍCIAS

4.1 Notícia 1: “São Paulo se adianta ao governo federal e lança novo modelo de RG” (7 de fevereiro de 2014)

Material enfatiza a cisão em relação ao registro de identificação civil. “Será criado um banco estadual de impressões digitais” – Jornal Folha de S. Paulo.

As fontes

- a) Secretaria de Segurança Pública do Governo de São Paulo – não há uma fonte específica que assuma a posição, mas as informações dão conta que há uma postura proativa do governo de criar um sistema biométrico mais barato e rápido, o Afis (de Identificação de Impressões Digitais). “A previsão do governo é ter os registros de 20 milhões de pessoas em dois anos”.
- b) Ministério da Justiça – atribui ao governo um projeto sem prazos e que, em 2020, o RIC estaria com os brasileiros.

Guerra de versões

A reportagem contrapõe, sem ter uma única fonte ou personagem que “falam” no texto, uma preferência pelo sistema da secretaria de segurança paulista em relação ao projeto do governo federal.

Dos 10 parágrafos do texto, oito são para defender o sistema estadual que seria mais barato e realizável.

Quando o Ministério da Justiça entra no texto, indica a demora na concretização do projeto e a falta de integração entre os sistemas, que somente estaria disponível ao cidadão no ano de 2020. Acentua-se que: “o projeto não andou”. Após as informações do governo federal, a “competência estadual” volta para o conteúdo e se transforma na última mensagem da notícia. “O custo de expedição de cada RG cairá de R\$ 35 para R\$ 9,69,

Projeto: MJ/SE-RIC	Emissão: 03/11/2014	Arquivo: 20141103 MJ RIC - RT com análise midiática comparativa - até jun14.docx	Pág.8/34
--------------------	---------------------	--	----------

Confidencial.

Este documento foi elaborado pela Universidade de Brasília (UnB) para a MJ/SE.

É vedada a cópia e a distribuição deste documento ou de suas partes sem o consentimento, por escrito, da MJ/SE.

informou a secretaria --economia de R\$ 10 milhões por mês. Para o cidadão, a primeira via é grátis. A segunda custa R\$ 30,21”.

Diagnóstico

A notícia negativa para o projeto RIC pode ser explicada da seguinte forma.

- a) Maior volume de informações do sistema paulista.
- b) Falta de fonte específica para tratar do RIC. Quando esse tema é trazido, refere-se a uma informação mencionada “ontem” pelo governo. Não são trazidas as ideias-força e, de acordo com a clipagem, a Folha de S. Paulo não complementa no dia seguinte e em nenhum outro momento.
- c) Disposição maior em explicar o sistema de São Paulo.
- d) Diminuição da importância do RIC.

Estratégia para o caso de recorrência de notícias do gênero

A sugestão que pode ser aplicada para o âmbito da assessoria de comunicação é que as respostas a respeito do tema ou a superficialidade com que é tratado o RIC deveriam ter motivado uma resposta imediata para a Folha de S. Paulo explicando melhor o projeto federal sem entrar em conflito do o Estado de São Paulo. Uma nota de esclarecimento poderia ter sido emitida.

4.2 Notícia 2: “Fuga expõe fragilidade” – Correio Braziliense – 8 de fevereiro de 2014

O material trata sobre a problemática da fuga de Henrique Pizzolato, condenado no processo do Mensalão, e resvala na questão do registro de identificação, que, em tese, diminuiria a chance de fugas como a que ocorreu.

Projeto: MJ/SE-RIC	Emissão: 03/11/2014	Arquivo: 20141103 MJ RIC - RT com análise midiática comparativa - até jun14.docx	Pág.9/34
--------------------	---------------------	--	----------

Confidencial.

Este documento foi elaborado pela Universidade de Brasília (UnB) para a MJ/SE.

É vedada a cópia e a distribuição deste documento ou de suas partes sem o consentimento, por escrito, da MJ/SE.

As fontes

- a) Presidente do STF, Joaquim Barbosa - ao então ministro, foi atribuída a informação que o pedido de extradição não deveria partir do Judiciário, mas do Executivo federal. Não são estabelecidas ligações com a questão da fuga em si.
- b) Ministério da Justiça - o governo explica que pediria auxílio à PGR para esclarecer como seria o pedido de extradição de Henrique Pizzolato.
- c) Presidente da Associação Brasileira dos Papiloscopistas da Polícia Federal, Celso Neto - a ele é atribuída a seguinte citação: “No Brasil, basta o passaporte para o estrangeiro deixar o país. Ninguém cobra as impressões digitais”. A informação é crítica sobre a realidade de segurança pública.
- d) Polícia Federal - prefere não se manifestar sobre o assunto.
- e) Lei nº 9.454 de 1997 - estabelece o Registro de Identificação Civil, que estaria “na gaveta”.

Relações entre os fatos

O que estabelece a relação entre os fatos não está nas palavras das fontes, mas surgiu na pauta, o que está indicado a partir do título e do primeiro parágrafo. A notícia traz uma mescla sobre a problemática da falta de uma identidade única e o problema da extradição, que também estava em impasse.

Diagnóstico

A notícia trata o projeto RIC como uma “solução” para o problema. Ao trazer o

Projeto: MJ/SE-RIC	Emissão: 03/11/2014	Arquivo: 20141103 MJ RIC - RT com análise midiática comparativa - até jun14.docx	Pág.10/34
--------------------	---------------------	--	-----------

Confidencial.

Este documento foi elaborado pela Universidade de Brasília (UnB) para a MJ/SE.

É vedada a cópia e a distribuição deste documento ou de suas partes sem o consentimento, por escrito, da MJ/SE.

assunto para este contexto, não se pode dizer que, apesar da superficialidade com que é tratada a identidade única, seja uma forma negativa de notícia. O prejudicial para a imagem do projeto está no fato de que poderia se tratar de uma providência parada na burocracia.

- a) O assunto da identificação está incluído no texto em posições importantes: no título, no primeiro parágrafo e após o intertítulo “Na gaveta”.
- b) O que protagoniza o texto é o problema de segurança pública, da falta de uma base de dados para diminuir fugas de criminosos graças a falhas na identificação.
- c) De forma secundária, se interpõe as questões relacionadas ao provável pedido de extradição de um condenado do mensalão.
- d) A “fragilidade” de identificação ganha força nas palavras do especialista, o presidente da Associação Nacional de Papiloscopistas da Polícia Federal, Celso Neto. É ele quem dá força à teoria exposta na notícia de que a fragilidade da identificação pode motivar fugas de criminosos.
- e) Após o intertítulo “Na gaveta”, a expressão negativa não condiz com o teor do restante do texto. O RIC é chamado de resolução para o “problema”.
- f) Na sequência, o texto traz a consequência das falhas de segurança: a questão da extradição e o possível impasse entre os países.

Estratégia para o caso de recorrência de notícias do gênero

- a) Ocorrências como essa podem ser excelentes oportunidades para explicar a aplicabilidade do RIC. A divulgação do material não precisa ser ostensiva.
- b) Além de material informativo, outra possibilidade de divulgação seria por intermédio de conteúdos opinativos que podem se relacionar com o fato principal.

Projeto: MJ/SE-RIC	Emissão: 03/11/2014	Arquivo: 20141103 MJ RIC - RT com análise midiática comparativa - até jun14.docx	Pág.11/34
--------------------	---------------------	--	-----------

Confidencial.

Este documento foi elaborado pela Universidade de Brasília (UnB) para a MJ/SE.

É vedada a cópia e a distribuição deste documento ou de suas partes sem o consentimento, por escrito, da MJ/SE.

- c) Pode haver uma exploração das mídias sociais sem expor a comunicação institucional para impasses entre poderes ou entre países, concentrando a ideia-força no papel da legislação em vigor. A expressão da “solução do problema” poderia ser uma chave para que fossem apresentados mais argumentos a respeito do tema.

4.3 Notícia 3: Unificação de documentos no Brasil fica na promessa (13 de fevereiro de 2014) – Jornal Nacional (TV Globo)

O material traz a problemática da falta de articulação entre os estados no que se refere a um banco de dados integrado para biometria e identificação dos cidadãos brasileiros.

As fontes

- a) **Evelyn Kautz, advogada** - aparece como personagem da narrativa para dizer o seguinte: “Horível, tudo informatizado hoje em dia, a digital teria que ser escaneada”. A fonte surge para simbolizar o impacto que a suposta desorganização entre os setores tem para toda a sociedade. A opção por trazer opinião de profissional de nível superior também não é aleatória e identifica que todos os setores são afetados pela burocracia.
- b) **Lei de criação do RIC** - O fato de trazer a lei como fonte da narrativa predispõe a um entendimento de que poderia ser solução para o problema
- c) **Carlos Cesar de Sousa Saraiva, do Comitê Gestor do RIC** - Ministério da Justiça - o trecho da entrevista dele pelo repórter e pela edição foi o seguinte: “A implementação do sistema RIC, ele é muito mais complexo do que todos nós imaginamos. Tudo o que se refere ao cartão está sendo cogitado, tá sendo discutido à exaustão”. Na sonora (a entrevista na TV), há pouca informação e não traz dados que permitem maior exatidão em relação ao projeto federal.

Projeto: MJ/SE-RIC	Emissão: 03/11/2014	Arquivo: 20141103 MJ RIC - RT com análise midiática comparativa - até jun14.docx	Pág.12/34
--------------------	---------------------	--	-----------

Confidencial.

Este documento foi elaborado pela Universidade de Brasília (UnB) para a MJ/SE.

É vedada a cópia e a distribuição deste documento ou de suas partes sem o consentimento, por escrito, da MJ/SE.

Relações entre os fatos

Nesta notícia, se estabelece mais uma vez a conexão entre a fuga do Henrique Pizzolato, condenado do mensalão, e a falta de uma base integrada de dados para que evitasse o que poderia levar ao entendimento de que se trata de uma desorganização administrativa.

Diagnóstico

- a) Como se trata de uma reportagem de TV, o texto é menor e depende exclusivamente de imagens.
- b) O gancho, mais uma vez, tem relação com a fuga de Henrique Pizzolato com documentos falsificados e o fato sustenta o material para trazer os contextos da falta de vigilância com a identificação dos cidadãos.
- c) Não foi aproveitada da melhor forma a oportunidade de uma fonte ligada ao projeto RIC de passar as ideias-força que mostrem a efetividade do projeto. A sonora que encerra a reportagem poderia ter sido melhor escolhida. Não há uma mensagem que mostre como o projeto pode melhorar a vida dos cidadãos brasileiros. Mensagens que incluem a ideia que o projeto é complexo, que a sociedade não imagina como é importante e outros argumentos do gênero não adicionam conhecimento e pouco contribuem com o esclarecimento.

Estratégia para o caso de recorrência de notícias do gênero

Em primeiro lugar, tem-se aqui uma rara oportunidade de utilizar um porta-voz para explicar da melhor forma o RIC, e a sonora não foi aproveitada. Conforme já se tem orientação dos gestores do projeto, deverá ser mantida a prática de treinamento de mídia de forma que se evite que os jornalistas utilizem uma frase sem conteúdo. Lembra-se que,

Projeto: MJ/SE-RIC	Emissão: 03/11/2014	Arquivo: 20141103 MJ RIC - RT com análise midiática comparativa - até jun14.docx	Pág.13/34
--------------------	---------------------	--	-----------

Confidencial.

Este documento foi elaborado pela Universidade de Brasília (UnB) para a MJ/SE.

É vedada a cópia e a distribuição deste documento ou de suas partes sem o consentimento, por escrito, da MJ/SE.

em geral, uma sonora não passa de 20 segundos de duração.

4.4 Notícia 4: Os riscos do cadastro biométrico nos países em desenvolvimento (13 de fevereiro de 2014 – Site Ecodebate)

Trata-se de um artigo opinativo do professor José Rodrigues Filho, da Universidade Federal da Paraíba, no qual ele traz um contraponto sobre a segurança da captação dos dados biométricos. Essencialmente de teor negativo para o projeto, mas que serve para que a comunicação se atente para argumentos que devem ser a cada dia mais recorrentes conforme se aproxima a implantação do projeto.

Fontes

O artigo não traz entrevistas, mas o autor expõe fontes em quais está baseado para construir argumentação.

- a) Artigo da Revista *Scientific American* - o texto, conforme argumenta o autor, traz informações de que a espionagem pode utilizar dados de diferentes gêneros e que as informações biométricas poderiam ser utilizadas de forma irregular.
- b) Noticiário e agências internacionais - no artigo, o autor elenca que está baseado em notícias de jornais relacionados ao TSE e captação de dados biométricos. Às agências americanas são atribuídas informações relativas à espionagem pela qual foi acusado o governo norte-americano.

Relações entre os fatos

O autor do artigo estabelece referências externas ao texto de que poderiam haver riscos evidentes de espionagem ao serem fornecidas informações biométricas.

Projeto: MJ/SE-RIC	Emissão: 03/11/2014	Arquivo: 20141103 MJ RIC - RT com análise midiática comparativa - até jun14.docx	Pág.14/34
--------------------	---------------------	--	------------------

Confidencial.

Este documento foi elaborado pela Universidade de Brasília (UnB) para a MJ/SE.

É vedada a cópia e a distribuição deste documento ou de suas partes sem o consentimento, por escrito, da MJ/SE.

Diagnóstico

Como se trata de um artigo opinativo, o diagnóstico que se pode fazer é que o tema da biometria chama a atenção e deve ser reforçado junto a diferentes públicos de interesse, não só entre jornalistas, mas também junto a comunidade acadêmica.

Estratégia para o caso de recorrência de textos do gênero

O fortalecimento das relações com diferentes públicos de interesse deve ser capaz de utilizar os multiplicadores de informação. Uma estratégia seria mandar uma carta para o articulista, que é um cientista, com a finalidade de gerar novas reflexões sobre o tema.

4.5 Notícia 5: Rodrigo Assumpção apresenta Cadastro Nacional de Informações Sociais durante fórum do Banco Mundial (18 de março de 2014) – Site do Dataprev

Diagnóstico

Da mesma forma, deve ser fortalecida a relação com os públicos multiplicadores. O Dataprev é uma fonte a ser fortalecido o contato e sanadas as dúvidas.

Estratégia para o caso de recorrência de textos do gênero

Devem ser mapeadas essas relações com os públicos de interesse.

4.6 Notícia 6: Projeto que torna novo documento de identidade gratuito é aprovado (22 de março de 2014) – Bom Dia Brasil

A notícia critica a demora na implementação do RIC, o qual é reconhecido pelo veículo como uma proposta importante para os cidadãos brasileiros. No texto da repórter,

Projeto: MJ/SE-RIC	Emissão: 03/11/2014	Arquivo: 20141103 MJ RIC - RT com análise midiática comparativa - até jun14.docx	Pág.15/34
--------------------	---------------------	--	-----------

Confidencial.

Este documento foi elaborado pela Universidade de Brasília (UnB) para a MJ/SE.

É vedada a cópia e a distribuição deste documento ou de suas partes sem o consentimento, por escrito, da MJ/SE.

há frases como “Não vamos mais andar com um monte de documentos”. Direta relação com o projeto e com exploração do assunto que pode voltar a qualquer momento.

Fontes

- a) Senador Ciro Nogueira - o parlamentar é ouvido como líder partidário que defendeu a gratuidade do documento, que custaria em torno de R\$ 40. Mas não são trazidos argumentos técnicos. A sonora utilizada foi a seguinte: “É fundamental colocar para que o governo, na sua implantação, exista a exigência que seja gratuito para população”
- b) Personagem identificado como Rafael - utilizado como personagem. Trazer um anônimo para o texto simboliza a maior parte da população, alguém com demandas comuns, o que aproxima a narrativa do público do telejornal. A frase dele é a seguinte: “Gostaria de ter, mas infelizmente ele não veio ainda chegar para a população. Estamos esperando. Vamos aguardar um pouco para ver se nós conseguimos esse documento único”.

Diagnóstico

- a) Faltaram argumentos técnicos ao texto, que apresentassem contrapontos às críticas. Tanto o senador como o cidadão chamado de Rafael trazem um ponto de vista relacionado à pauta: que o RIC não saiu do papel. É importante, mas não aconteceu.
- b) Faltou posicionamento do Ministério da Justiça sobre a demora. A distância entre os argumentos desequilibrou os fatos e apresenta, para a opinião pública, uma ideia de que não há atenção com as demandas genuínas dos cidadãos comuns.

Estratégia para a recorrência de conteúdos do mesmo gênero

A assessoria de imprensa do Ministério da Justiça e do RIC devem contribuir para

Projeto: MJ/SE-RIC	Emissão: 03/11/2014	Arquivo: 20141103 MJ RIC - RT com análise midiática comparativa - até jun14.docx	Pág.16/34
--------------------	---------------------	--	-----------

Confidencial.

Este documento foi elaborado pela Universidade de Brasília (UnB) para a MJ/SE.

É vedada a cópia e a distribuição deste documento ou de suas partes sem o consentimento, por escrito, da MJ/SE.

que os fatos sejam melhor compreendidos, tanto com relação à importância do RIC como sobre o calendário e contextos de implementação.

4.7 Notícia 7: Novo Sistema de Identificação Civil será entregue nesta segunda-feira (Dia 28 de abril de 2014) – Portal G1

Esta é mais uma notícia sobre sistemas estaduais de identificação, no caso do Piauí, o SIC

Fontes

- a) Thiago Siqueira, diretor da Agência de Tecnologia da Informação do Piauí - trata sobre providências e dados técnicos sobre o sistema.

Diagnóstico

O assunto está palpitante no *corpus* social e os estados passam a ser importantes públicos de interesse. Devem estar bem informados para estarem cientes do projeto RIC.

Recorrência do tema

Como multiplicadores e serem fontes técnicas, é necessário que a assessoria de imprensa do MJ e do RIC consigam manter esses públicos com novas notícias sobre o projeto.

4.8 Notícia 8: Demora na estreia da identidade única (27 de maio de 2014) – Correio Braziliense

Trata-se de uma nota sem fonte. O teor crítico também faz referência à importância do projeto, mas registra a demora de implementação.

Projeto: MJ/SE-RIC	Emissão: 03/11/2014	Arquivo: 20141103 MJ RIC - RT com análise midiática comparativa - até jun14.docx	Pág.17/34
--------------------	---------------------	--	-----------

Confidencial.

Este documento foi elaborado pela Universidade de Brasília (UnB) para a MJ/SE.

É vedada a cópia e a distribuição deste documento ou de suas partes sem o consentimento, por escrito, da MJ/SE.

Diagnóstico

Faltaram informações para o veículo, colunistas e outros formadores de opinião pública no jornal. Cai no senso comum, abriu caminho para resposta, o que não ocorreu.

Sugestões de estratégias para recorrência de textos do gênero

- a) Em primeiro lugar, nada deve ficar sem resposta, conforme se estabelece no Plano de Gerenciamento de Crises.
- b) Devem ser informados todos os argumentos possíveis relacionados ao projeto. A nota empobreceu o assunto e apenas apresentou a problemática com a demora na aprovação.

Projeto: MJ/SE-RIC	Emissão: 03/11/2014	Arquivo: 20141103 MJ RIC - RT com análise midiática comparativa - até jun14.docx	Pág.18/34
--------------------	---------------------	--	-----------

Confidencial.

Este documento foi elaborado pela Universidade de Brasília (UnB) para a MJ/SE.
É vedada a cópia e a distribuição deste documento ou de suas partes sem o consentimento, por escrito, da MJ/SE.

5 CONSIDERAÇÕES ACERCA DO SEGUNDO SEMESTRE E TENDÊNCIAS DE COBERTURA

Não houve registros de notícias relacionadas diretamente ao RIC, embora o assunto biometria tenha ganhado maior impacto em virtude do sistema eleitoral ter adotado o método nas eleições deste ano.

O fato do RIC não ter sido trazido à pauta não significa que o assunto não voltará ao noticiário. Pelo contrário, o maior conhecimento da sociedade sobre a biometria tende a fazer com que tanto os jornalistas quanto a sociedade passem a cobrar mais providências a respeito da documentação, no caso o Registro de Identificação Civil.

É possível planejar fortalecimento das relações com a imprensa e com os públicos de interesse, tais como os institutos encarregados da identificação nos estados.

Oportunidades

- 1) Manter os *sites* e agências sempre abastecidos de informação, pois são estes meios que costumam tratar as notícias de forma mais factual e têm mais espaço para contemplar fontes. No período analisado pautaram constantemente os demais segmentos da mídia.
- 2) Os conceitos de cidadania têm potencial para serem explorados em um plano de comunicação, tanto perante a mídia como ante os seus demais públicos e a própria sociedade, relacionados ao RIC. Eles foram pouco repercutidos no segundo semestre de 2014, mas a ideia de biometria sempre é tida com bastante atenção por parte da mídia.
- 3) Apesar do RIC ter diversas utilidades, são poucas as que estão sendo utilizadas, como ser um documento substituindo vários.

Projeto: MJ/SE-RIC	Emissão: 03/11/2014	Arquivo: 20141103 MJ RIC - RT com análise midiática comparativa - até jun14.docx	Pág.19/34
--------------------	---------------------	--	-----------

Confidencial.

Este documento foi elaborado pela Universidade de Brasília (UnB) para a MJ/SE.

É vedada a cópia e a distribuição deste documento ou de suas partes sem o consentimento, por escrito, da MJ/SE.

6 PONTOS DE ATENÇÃO

Aprimorar o relacionamento com a mídia impressa, se possível, buscando mesmo uma aproximação com os responsáveis pelos textos de opinião. Garantir sempre, nos casos de exposição desfavorável, espaço para o “outro lado”.

Projeto: MJ/SE-RIC	Emissão: 03/11/2014	Arquivo: 20141103 MJ RIC - RT com análise midiática comparativa - até jun14.docx	Pág.20/34
--------------------	---------------------	--	------------------

Confidencial.

Este documento foi elaborado pela Universidade de Brasília (UnB) para a MJ/SE.

É vedada a cópia e a distribuição deste documento ou de suas partes sem o consentimento, por escrito, da MJ/SE.

7 ANEXO I – ÍNTEGRA DAS NOTÍCIAS

1) São Paulo se adianta ao governo federal e lança novo modelo de RG

7 de fevereiro de 2014

Será criado um banco estadual de impressões digitais

Antecipando-se ao projeto do governo federal de criar um banco nacional de impressões digitais, o governo de São Paulo apresentou ontem um novo modelo de RG.

As impressões digitais coletadas ficarão armazenadas em um banco pelo sistema Afis (sigla em inglês para Sistema Automático de Identificação de Impressões Digitais). Sistema semelhante já existe em Estados como Rondônia e Rio Grande do Sul.

Além de armazenar dados biométricos de pessoas que tirarem RG a partir de agora, o Afis paulista receberá dados que já constam dos cadastros do Detran (Departamento Estadual de Trânsito).

A previsão do governo é ter os registros de 20 milhões de pessoas em dois anos.

O Afis impedirá, por exemplo, que uma pessoa tire RG com o nome de outra já identificada no Estado e ajudará em investigações criminais, pois permite comparar as digitais do acervo com as encontradas em cenas de crimes.

Em 2010, o governo federal anunciou a criação de um novo RG, o RIC (Registro de Identidade Civil), mas o projeto não andou.

Responsável por ele, o Ministério da Justiça disse ontem que está realizando estudos técnicos e não tem prazo. A ideia inicial era que todo brasileiro tivesse o RIC até 2020.

Devido à falta de um banco nacional de impressões digitais, hoje é fácil tirar um RG com o nome de outra pessoa.

À medida que os Estados implantam seus próprios bancos de digitais, fica mais difícil criar um sistema único para todo o país. Cada Estado usa uma

Projeto: MJ/SE-RIC	Emissão: 03/11/2014	Arquivo: 20141103 MJ RIC - RT com análise midiática comparativa - até jun14.docx	Pág.21/34
--------------------	---------------------	--	-----------

Confidencial.

Este documento foi elaborado pela Universidade de Brasília (UnB) para a MJ/SE.

É vedada a cópia e a distribuição deste documento ou de suas partes sem o consentimento, por escrito, da MJ/SE.

tecnologia e, no futuro, elas terão que se integrar.

O novo RG paulista ainda terá um novo layout e ganhará nove itens de segurança.

Segundo a Secretaria de Segurança Pública, a modernização do sistema e a emissão de novos documentos vão custar R\$ 79 milhões nos próximos dois anos, pagos a uma empresa contratada.

Por outro lado, o custo de expedição de cada RG cairá de R\$ 35 para R\$ 9,69, informou a secretaria --economia de R\$ 10 milhões por mês. Para o cidadão, a primeira via é grátis. A segunda custa R\$ 30,21.

A meta é implantar o sistema em todos os postos do Estado até o fim do ano.

Fonte: Folha de S. Paulo.

Avaliação: **Negativo.**

2) Fuga expõe fragilidade

8 de fevereiro de 2014

A fuga de Henrique Pizzolato para a Itália após ser condenado no julgamento do mensalão é apenas mais um capítulo das crônicas falhas de segurança que permitem a foragidos da Justiça deixarem o país e que leva o governo, posteriormente, a pedir processos de extradição em outros países. Ontem, em resposta ao Ministério da Justiça (MJ), o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, destacou que não cabe ao Judiciário, e sim ao Executivo, definir se pedirá ou não às autoridades italianas a extradição do ex-diretor de Marketing do Banco do Brasil. No início da noite, o MJ respondeu que, apesar de não ser praxe nesse tipo de caso, fará o pedido, auxiliado pela Procuradoria-Geral da República (PGR).

A ausência de uma base de dados centralizada permite que um criminoso cometa um crime em um local, mude de estado e tire nova Carteira de Identidade em outra unidade de Federação. Com ela em mãos, basta requerer um passaporte com o documento falso e sair do país sem ser

Projeto: MJ/SE-RIC	Emissão: 03/11/2014	Arquivo: 20141103 MJ RIC - RT com análise midiática comparativa - até jun14.docx	Pág.22/34
--------------------	---------------------	--	-----------

Confidencial.

Este documento foi elaborado pela Universidade de Brasília (UnB) para a MJ/SE.

É vedada a cópia e a distribuição deste documento ou de suas partes sem o consentimento, por escrito, da MJ/SE.

incomodado pelas autoridades brasileiras.

O caso expõe outra fragilidade. Quando deixou a Argentina rumo à Itália com um passaporte falso em nome do irmão, o ex-diretor do BB foi obrigado a colher as impressões digitais, que foram encaminhadas à Interpol. Os dados foram repassados ao Instituto Nacional de Identificação, ligado à Polícia Federal, que constatou que o turista era Henrique, e não Celso Pizzolato. "No Brasil, basta o passaporte para o estrangeiro deixar o país. Ninguém cobra as impressões digitais", diz o presidente da Associação Brasileira dos Papiloscopistas da Polícia Federal, Celso Neto.

Na gaveta

Para resolver o problema, bastaria ao governo aplicar a Lei nº 9.454 de 1997, promulgada durante o governo Fernando Henrique e jamais implementada. Ela cria o Registro de Identidade Civil (RIC) que unifica, no plano federal, os dados cadastrais do cidadão com base em princípios biométricos -- semelhante ao processo utilizado pela Justiça Eleitoral. Sobre a ausência de cobrança de impressões digitais de estrangeiros que deixam o país, a PF preferiu não se manifestar.

Em documento enviado ao presidente do Supremo, o MJ fixou prazo de 40 dias para que a Corte manifestasse se pediria a extradição. Barbosa respondeu que "não cabe ao STF papel ativo nesse processo". Diante disso, o MJ fechou acordo com a PGR, que fará o pedido formal ao governo, a quem caberá enviar o processo à Itália.

Pizzolato quer ficar na Itália

Depois de ter o pedido de liberdade provisória negado pela Justiça italiana durante audiência no tribunal de Bolonha ontem, o ex-diretor de Marketing do Banco do Brasil Henrique Pizzolato voltou a dividir uma cela com outros presos. A juíza Danila Indirli negou o pedido de liberdade, porque avalia que o brasileiro pode fugir. Pizzolato pediu à Corte italiana para não ser extraditado. A decisão ainda será analisada.

Projeto: MJ/SE-RIC	Emissão: 03/11/2014	Arquivo: 20141103 MJ RIC - RT com análise midiática comparativa - até jun14.docx	Pág.23/34
--------------------	---------------------	--	-----------

Confidencial.

Este documento foi elaborado pela Universidade de Brasília (UnB) para a MJ/SE.

É vedada a cópia e a distribuição deste documento ou de suas partes sem o consentimento, por escrito, da MJ/SE.

Fonte: Correio Braziliense

Avaliação: **Positivo (ao trazer a necessidade e a importância do RIC)**
e **Negativo (ao apontar que o projeto está parado).**

3) Unificação de documentos no Brasil fica na promessa

13 de fevereiro de 2014

Hoje 13 estados e o Distrito Federal já têm ou estão implantando sistemas digitais. Só que o de São Paulo não se comunica com o do Rio Grande do Sul nem com o Rio de Janeiro, nem com o de lugar nenhum.

A descoberta de que o condenado do mensalão Henrique Pizzolato conseguiu fugir pra Itália com documentos do irmão morto fez muitos brasileiros lembrarem uma promessa antiga do governo federal: a implantação de um documento único que evitaria fraudes com RGs.

Quem vai tirar ou renovar a carteira de habilitação faz assim: as digitais são escaneadas, a foto tirada na hora.

Em São Paulo, ao lado de um posto do Detran, fica um posto para tirar carteira de identidade. E aí parece que a gente voltou no tempo.

É preciso levar a foto 3x4. As digitais são na base do 'dedo na tinta'. "Horrível, tudo informatizado hoje em dia, a digital teria que ser escaneada", diz Evelyn Kautz, advogada.

O conjunto de documentos, foto e digitais vai formar a ficha de identificação civil, que vai ser digitalizada e depois mandada para um arquivo. Agora, se o sistema de coletar as digitais com tinta, hoje já parece uma coisa ultrapassada, espere para ver como é feita parte da checagem criminal das novas identidades.

Quando um brasileiro de outro estado quer tirar um RG em São Paulo as digitais dele são confrontadas para saber se ele não cometeu nenhum crime. Seis milhões de fichas, rodando em máquinas da década de 40. A busca é no "olhômetro" mesmo.

Para dar a merecida aposentadoria para essas máquinas, o sistema está sendo informatizado. Mas isso não resolve outro problema.

Projeto: MJ/SE-RIC	Emissão: 03/11/2014	Arquivo: 20141103 MJ RIC - RT com análise midiática comparativa - até jun14.docx	Pág.24/34
--------------------	---------------------	--	-----------

Confidencial.

Este documento foi elaborado pela Universidade de Brasília (UnB) para a MJ/SE.

É vedada a cópia e a distribuição deste documento ou de suas partes sem o consentimento, por escrito, da MJ/SE.

Hoje 13 estados e o Distrito Federal já têm ou estão implantando sistemas digitais. Só que o de São Paulo não se comunica com o do Rio Grande do Sul nem com o Rio de Janeiro, nem com o de lugar nenhum.

Sem integração um brasileiro pode ter, legalmente, 27 carteiras de identidade.

Uma lei aprovada em 1997 previa o Registro de Identidade Civil (RIC), uma carteira de identidade nacional. Cinco anos depois, o Jornal Nacional já cobrava. Mas a lei só foi regulamentada em 2010, quando o Jornal Nacional noticiou de novo. Em 2011, os primeiros cartões do RIC foram feitos. E parou por aí.

Agora, o comitê criado pelo governo para estudar o RIC afirma que ele deve sair. Em cinco anos.

“A implementação do sistema RIC, ele é muito mais complexo do que todos nós imaginamos. Tudo o que se refere ao cartão está sendo cogitado, tá sendo discutido à exaustão”, explica Carlos Cesar de Sousa Saraiva, do Comitê Gestor do RIC - Ministério da Justiça.

Fonte: Jornal Nacional.

Avaliação: **Negativo.**

4) Os riscos do cadastro biométrico nos países em desenvolvimento

13 de fevereiro de 2014

Depois das denúncias de espionagem praticadas pela Agência Nacional de Segurança (NSA) dos Estados Unidos, que chegaram a atingir a Presidente Dilma Rousseff e o alto escalão do governo brasileiro, os riscos da tecnologia biométrica começam a ser considerados, por oferecer um falso senso de segurança, principalmente nos países em desenvolvimento.

Recente artigo da Revista Scientific American sobre o uso da tecnologia biométrica na área de segurança afirma que, infelizmente, a mudança para a segurança habilitada pela biometria cria profundas ameaças às noções de segurança e privacidade, comumente aceitas. Para o Scientific

Projeto: MJ/SE-RIC	Emissão: 03/11/2014	Arquivo: 20141103 MJ RIC - RT com análise midiática comparativa - até jun14.docx	Pág.25/34
--------------------	---------------------	--	-----------

Confidencial.

Este documento foi elaborado pela Universidade de Brasília (UnB) para a MJ/SE.

É vedada a cópia e a distribuição deste documento ou de suas partes sem o consentimento, por escrito, da MJ/SE.

American, a biometria pode tornar os sistemas de vigilância existentes em algo novo – algo mais poderoso e cada vez mais invasivo, sobretudo diante da falta de regras que devem ser estabelecidas para a governança destas tecnologias.

A inexistência de uma legislação disciplinando o uso destas tecnologias, com ampla capacidade de violação de privacidade, poderá torná-las mais danosas do que as práticas atuais de espionagem da NSA. Para o revista acima citada, o status legal de muitos tipos de dados biométricos não é claro. Os legisladores (Congresso Nacional) são os únicos que podem nos oferecer alguma proteção contra o mau uso de dados biométricos. Mesmo assim, entendem que nem sempre acompanham os avanços da tecnologia, o que dificulta definir princípios que orientem o seu uso.

Assim sendo, alguns dos mais invasivos sistemas de vigilância estão sendo implementados em países onde os indivíduos são colocados em riscos. Os países em desenvolvimento são considerados como mercados propícios para o crescimento da tecnologia biométrica, a exemplo dos sistemas nas áreas de saúde, serviço eleitoral e de vigilância visual, onde nem sempre os cidadãos destes países dispõem de meios legais e técnicos para se defenderem. A posição das autoridades nestes países é a de levantar o máximo de informações, sem levar em consideração as questões de direitos humanos e as relações entre privacidade, segurança e desenvolvimento.

Algumas instituições internacionais como a Fundação EFF (Eletronic Frontier Foundation), International Privacy, entre outras, começam a avaliar as exigências constitucionais, convenções de direitos humanos e normas de proteção dos consumidores, diante da preocupação com o abuso de autoridade nestes países e os riscos que acompanham os cadastros e banco de dados biométricos, extremamente vulneráveis, podendo ser explorados até por criminosos. Diante disto, a proliferação destas tecnologias em países da América do Sul, como Peru, Argentina e Brasil, além de outros na Ásia e África, começa a receber severas críticas, considerando a falta de proteção legal da população e a possibilidade de

Projeto: MJ/SE-RIC	Emissão: 03/11/2014	Arquivo: 20141103 MJ RIC - RT com análise midiática comparativa - até jun14.docx	Pág.26/34
--------------------	---------------------	--	-----------

Confidencial.

Este documento foi elaborado pela Universidade de Brasília (UnB) para a MJ/SE.

É vedada a cópia e a distribuição deste documento ou de suas partes sem o consentimento, por escrito, da MJ/SE.

que tais cadastros e banco de dados possam ser utilizados pelos governantes destes países para atender seus interesses de espionagem. No momento, o que está chamando a atenção do mundo é a fragilidade e falta de segurança do cadastro biométrico da Argentina, quando em outubro de 2013 um jovem de 16 anos descobriu como quebrar o cadastro eleitoral da população, dando acesso a fotos dos eleitores, as quais foram cadastradas pelo serviço eleitoral. O próprio governo, que antes recebeu repetidas advertências sobre a vulnerabilidade do sistema, não tem tido a habilidade de explicar o que aconteceu, tornando o sistema cada vez mais desacreditado. O site do registro eleitoral encontra-se desligado, depois que milhares de fotos dos eleitores argentinos foram acessadas.

Na Índia, são contundentes as críticas feitas ao registro biométrico da população, considerando o envolvimento de várias empresas públicas e privadas e da própria CIA. A população tem sido convocada para ser contra os avanços ilegítimos do Estado. No momento, a situação é muito confusa. Inicialmente o governo determinou que o registro biométrico fosse obrigatório, ameaçando a população com o corte de benefícios sociais. Em seguida, uma Comissão Parlamentar questionou o direito do governo de coletar dados biométricos, considerando que isto seria um assalto aos direitos democráticos dos cidadãos. Em outubro passado, a Suprema Corte da Índia definiu que o programa de registro biométrico não podia ser obrigatório e a população não poderia sofrer nenhum dano em relação ao recebimento de benefícios sociais.

No Brasil, o que se observa é a passividade, mudez e a falta de debate em relação ao uso da tecnologia biométrica. Estamos vivenciando o chamado recadastramento biométrico, o qual está sendo feito sem oferecer e mostrar aos eleitores brasileiros o arcabouço legal apropriado e destinado a proteger a segurança, privacidade e os direitos humanos. Além disto, os mecanismos de proteção e segurança dos dados dos cidadãos são totalmente desconhecidos. Há pouco tempo noticiou-se que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) estava prestes a repassar dados dos eleitores, sem o conhecimento e permissão deles, para uma empresa

Projeto: MJ/SE-RIC	Emissão: 03/11/2014	Arquivo: 20141103 MJ RIC - RT com análise midiática comparativa - até jun14.docx	Pág.27/34
--------------------	---------------------	--	-----------

Confidencial.

Este documento foi elaborado pela Universidade de Brasília (UnB) para a MJ/SE.

É vedada a cópia e a distribuição deste documento ou de suas partes sem o consentimento, por escrito, da MJ/SE.

privada internacional. Será que não estamos diante de um ato de violação de direitos humanos, privacidade e traição? Por que espionar os olhos dos eleitores brasileiros? Se o armazenamento e mineração de nossos dados são feitos por empresas privadas, de forma legal e legitimada, a questão que se levanta é a seguinte: Por que o governo considera estes dados serem um ativo nacional? Não há uma divulgação das empresas envolvidas com o cadastramento biométrico no Brasil.

Além disto, a situação do Brasil parece paradoxal. De um lado, a Presidente Dilma Rousseff vai a ONU condenar a espionagem americana. De outro lado, o governo permite que tecnologias de controle, que podem encarnar a NSA, sejam utilizadas na gestão pública sem a devida proteção de privacidade e direitos humanos. Espera-se que o governo mova ações junto ao Congresso Nacional para definir uma legislação destinada a proteger os cidadãos brasileiros, no tocante a coleta de dados no país, incluindo o cadastramento biométrico, que está sendo feito de forma obrigatória.

Como na maioria dos países em desenvolvimento, o Brasil é carente de uma legislação que limite a quantidade e o tipo de dados que o governo possa coletar dos cidadãos brasileiros e o local onde tais dados sejam armazenados. É preciso restringir a relação entre diferentes dados biométricos num único banco de dados, a exemplo do que está sendo feito através do cadastramento biométrico, possivelmente manipulado por empresas privadas. Como tudo isto ainda pode ser realizado pelo governo, não podemos ainda julgar que estamos diante de tanta hipocrisia.

José Rodrigues Filho é Professor da Universidade Federal da Paraíba. Foi pesquisador nas Universidades de Harvard e Johns Hopkins (EUA). <http://jrodriguesfilho.blogspot.com/>

Fonte: Ecodebate;

Avaliação: **Negativo.**

Projeto: MJ/SE-RIC	Emissão: 03/11/2014	Arquivo: 20141103 MJ RIC - RT com análise midiática comparativa - até jun14.docx	Pág.28/34
--------------------	---------------------	--	-----------

Confidencial.

Este documento foi elaborado pela Universidade de Brasília (UnB) para a MJ/SE.

É vedada a cópia e a distribuição deste documento ou de suas partes sem o consentimento, por escrito, da MJ/SE.

5) Rodrigo Assumpção apresenta Cadastro Nacional de Informações Sociais durante fórum do Banco Mundial

18 de março de 2014

O impacto do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS) para as políticas sociais brasileiras foi o tema da apresentação do presidente da Dataprev, Rodrigo Assumpção (foto), nesta terça-feira (18), durante fórum promovido pelo Banco Mundial sobre Sistemas de Proteção Social e Trabalho. O evento, realizado no Rio de Janeiro, conta com a participação de representantes de 50 países da África, Ásia, do Oriente Médio, da América Latina e da Europa Oriental.

Assumpção abordou os desafios de se gerenciar informações de diferentes fontes que são necessárias para a garantia de direitos trabalhistas e previdenciários de cidadãos brasileiros.

“O CNIS é heterogêneo em sua origem. Essas diferentes fontes foram integradas para se criar o cadastro e isso permite ao governo identificar e cruzar informações de cidadãos e de seus registros de relações de trabalho, bem como outros dados pessoais necessários para se gerenciar as políticas sociais”, ressaltou Rodrigo Assumpção, que mencionou o cruzamento de dados realizado entre diferentes fontes, como o CadÚnico (Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda.

“O CNIS é um antigo banco de dados que é constantemente renovado e aprimorado, enquanto o CadÚnico é uma base de dados mais recente. Ambos foram desenvolvidos por diferentes motivos. O cruzamento de dados existe para assegurar que informações relevantes sejam trocadas entre as duas bases e, em seguida, as diferentes regras são aplicadas”, explicou.

Hospedado nos computadores da Dataprev, o Cadastro Nacional de Informações Sociais contém 230 milhões de registros de pessoas físicas, 700 milhões de vínculos empregatícios, 20,2 bilhões de dados de

Projeto: MJ/SE-RIC	Emissão: 03/11/2014	Arquivo: 20141103 MJ RIC - RT com análise midiática comparativa - até jun14.docx	Pág.29/34
--------------------	---------------------	--	-----------

Confidencial.

Este documento foi elaborado pela Universidade de Brasília (UnB) para a MJ/SE.

É vedada a cópia e a distribuição deste documento ou de suas partes sem o consentimento, por escrito, da MJ/SE.

remunerações e outros 2,3 bilhões de contribuições. Desde 2009, permite o reconhecimento automático de direitos previdenciários: uma vez que a informação é inserida no sistema, os beneficiários não necessitam mais apresentar documentos para comprovar contribuições e vínculos empregatícios anteriores. Além disso, o CNIS dificulta a concessão de benefícios irregulares, permite melhor controle da arrecadação e serve de subsídio ao planejamento de políticas públicas.

O “Fórum de Aprendizagem Sul-Sul 2014: Desenhando e Implementando Sistemas de Proteção Social e Trabalho” tem o objetivo de promover o intercâmbio de conhecimento sobre as formas de melhorar o desenho de sistemas de proteção social e trabalho nos níveis de políticas públicas, programas e prestação de serviços. O evento, que teve início segunda-feira (17) e segue até esta sexta-feira (21), no Rio de Janeiro.

O painel da tarde desta terça-feira, que discutiu a construção de sistemas de informação eficazes, contou ainda com a participação de palestrantes como Codrin Scutaru, do Ministério do Trabalho e Proteção Social da Romênia; e de Thanaa Al Khozendar, que abordou o programa nacional de transferência de renda da Palestina.

A sessão foi mediada pela especialista em proteção social do Banco Mundial Verónica Silva Villalobos, que ressaltou, ao fim do debate, a importância de se buscar, não a construção de sofisticados sistemas de informação gerenciais (do inglês management information system, MIS), e sim daqueles que sejam adequados às necessidades dos diferentes países. “Sistemas sofisticados são úteis em alguns casos. Mas, se você vai desenvolver seu próprio sistema, deve optar por um sistema que possa ser usado por você”, ressaltou.

Fonte: Dataprev;

Avaliação: **Positivo;**

6) Projeto que torna novo documento de identidade gratuito é aprovado

22 de março de 2014

Projeto: MJ/SE-RIC	Emissão: 03/11/2014	Arquivo: 20141103 MJ RIC - RT com análise midiática comparativa - até jun14.docx	Pág.30/34
--------------------	---------------------	--	-----------

Confidencial.

Este documento foi elaborado pela Universidade de Brasília (UnB) para a MJ/SE.

É vedada a cópia e a distribuição deste documento ou de suas partes sem o consentimento, por escrito, da MJ/SE.

O RIC, Registro de Identidade Civil, prometido há dois anos, até agora não existe. Era para ele substituir a carteira de identidade e unificar o CPF, título de eleitor e o número de identificação social do trabalhador.

O Senado aprovou um projeto que torna gratuita a emissão do novo documento de identidade. O problema é que o registro prometido há dois anos, mas, até agora, não existe. O RIC, Registro de Identidade Civil, se um dia sair mesmo do papel pode ser bom. Não vamos mais precisar andar com um monte de documentos. O RIC vai substituir vários deles.

Cem mil brasileiros deveriam ter o novo documento já em 2011. Moradores de sete cidades, incluindo Brasília. Era para o RIC substituir a carteira de identidade e unificar o CPF, título de eleitor e o número de identificação social do trabalhador. Tudo em um cartão de plástico com chip, um modelo contra fraude.

O custo para emissão seria de R\$ 40, e até um cronograma de implantação do novo documento foi anunciado. “Tem até 2019 para trocar todas as carteiras, estamos na expectativa”, diz um homem.

O Ministério da Justiça justificou que o projeto do Registro de Identidade Civil passou por uma reformulação por conta de problemas técnicos e ainda está sendo discutido e revisado. Quando o novo documento vai de fato existir? O governo não fala.

Mesmo sem documento e sem previsão, o Senado aprovou um projeto para garantir que seja de graça. “É fundamental colocar para que o governo, na sua implantação, exista a exigência que seja gratuito para população”, diz o senador Ciro Nogueira.

Agora, o que o Rafael quer mesmo é ver a promessa cumprida para poder sair de casa sem carregar um monte de documento. “Gostaria de ter, mas infelizmente ele não veio ainda chegar para a população. Estamos esperando. Vamos aguardar um pouco para ver se nós conseguimos esse documento único”.

Um grupo de trabalho criado pelo Ministério da Justiça está revisando o projeto, mas sem data para a conclusão.

Projeto: MJ/SE-RIC	Emissão: 03/11/2014	Arquivo: 20141103 MJ RIC - RT com análise midiática comparativa - até jun14.docx	Pág.31/34
--------------------	---------------------	--	-----------

Confidencial.

Este documento foi elaborado pela Universidade de Brasília (UnB) para a MJ/SE.

É vedada a cópia e a distribuição deste documento ou de suas partes sem o consentimento, por escrito, da MJ/SE.

Fonte: Bom dia Brasil.

Avaliação: **Negativo.**

7) Novo Sistema de Identificação Civil será entregue nesta segunda-feira

28 de abril de 2014

SIC deve ser implementado no prazo de até 60 dias segundo diretor da ATI.

Novo documento terá foto digitalizada e cruzamento de dados.

A Agência de Tecnologia da Informação do Piauí (ATI) entrega nesta segunda-feira (28) o novo Sistema de Identificação Civil (SIC) que permitirá a emissão do Registro Civil (R.G). Entre as principais mudanças estão a impressão do documento com a foto já digitalizada e o confronto de informações com o banco de dados da Polícia Civil, Polícia Federal, Departamento Estadual de Trânsito e outras instituições.

De acordo com o diretor geral da ATI, Thiago Siqueira, a implementação do novo sistema deve acontecer no prazo de até 60 dias e as mudanças visam dar mais segurança aos dados da população e evitar falsificações.

“O modelo da identidade permanece o mesmo, mas a captura da foto e das digitais serão feitas de forma digital. A preocupação do estado é manter a organização no armazenamento dos dados da população de forma segura”, destacou o diretor.

O novo Sistema de Identificação Civil vale para os novos registros e também para as segundas vias. Segundo o diretor, o SIC também possibilitará a digitalização das digitais já armazenadas na Secretaria de Segurança.

Fonte G1.

Avaliação: **Neutro.**

8) Demora na estreia da identidade única

27 de maio de 2014

A implantação de um documento único poderia evitar fraudes com RGs e dribles nas autoridades como o que Henrique Pizzolato, réu condenado

Projeto: MJ/SE-RIC	Emissão: 03/11/2014	Arquivo: 20141103 MJ RIC - RT com análise midiática comparativa - até jun14.docx	Pág.32/34
--------------------	---------------------	--	-----------

Confidencial.

Este documento foi elaborado pela Universidade de Brasília (UnB) para a MJ/SE.

É vedada a cópia e a distribuição deste documento ou de suas partes sem o consentimento, por escrito, da MJ/SE.

no Mensalão, deu ao fugir para a Itália. Esse instrumento, que impediria um cidadão de portar até 27 documentos iguais, um para cada unidade da Federação, já existe. O Registro de Identidade Civil (RIC) foi lançado oficialmente em dezembro de 2010, mas até hoje não foi implantado efetivamente. O RIC é uma cédula no formato de um cartão plástico com chip, que agrega o RG, CPF, título de eleitor e carteira de trabalho, entre outros. Se tivesse em uso, reduziria burocracia, tempo em filas e processos encaminhados à Justiça.

Fonte: Correio Braziliense.

Avaliação: **Negativo.**

Projeto: MJ/SE-RIC	Emissão: 03/11/2014	Arquivo: 20141103 MJ RIC - RT com análise midiática comparativa - até jun14.docx	Pág.33/34
--------------------	---------------------	--	-----------

Confidencial.

Este documento foi elaborado pela Universidade de Brasília (UnB) para a MJ/SE.
É vedada a cópia e a distribuição deste documento ou de suas partes sem o consentimento, por escrito, da MJ/SE.

Universidade de Brasília – UnB

Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico – CDT

Laboratório de Tecnologias da Tomada de Decisão – LATITUDE

www.unb.br – www.cdt.unb.br – www.latitude.eng.br

